

O DITO E O FEITO*

AÇÃO E REAÇÃO N(ÀS) PALAVRAS DO PRESIDENTE

Leandro Ramires Comassetto**

Resumo: Este artigo analisa o desfecho de um fato sócio-político a partir de um proferimento do presidente Fernando Henrique Cardoso e sua repercussão na imprensa. Fundamentado nos estudos sobre *atos de fala*, do filósofo da linguagem John Austin, o trabalho enfoca os chamados performativos implícitos, que dão conta das intenções que envolvem a enunciação e a maneira como elas são percebidas pelo ouvinte.

Abstract: This article analyzes the result of one social politic fact about Fernando Henrique Cardoso president utterings and its press repercussion. Based in the studies about *speech acts* from John Austin language's philosopher, the work approaches the implicits performatives called, that treat of intentions that involve the enunciation and the way how they are perceived by the listener.

Palavras-chave: Lingüística, Pragmática, Atos de fala, Jornalismo.

Key words: Linguistic, Pragmatic, Speech Acts, Journalism

Introdução

O sentido do enunciado não se resume às palavras e sentenças em si mesmas. Há efeito de sentido produzido pelo simples ato de falar. Dizer alguma coisa é

*Artigo redigido sob orientação dos professores Roberta Pires de Oliveira e Nilson Lage, durante disciplinas de Lingüística Aplicada, do curso de mestrado em Lingüística UFSC/Unoesc.

**Leandro Ramires Comassetto é mestrando em Lingüística, professor da Universidade do Contestado – Concórdia (SC).

também manifestar uma vontade, interferir no pensamento alheio, persuadir, intimidar, provocar reações.

Daí dizer que a linguagem, mas do que um meio de interação, é um mecanismo de ação sobre o outro. Dependendo da maneira como as coisas são ditas e das circunstâncias em que isso ocorre, o simples ato de dizer pode mudar o rumo dos acontecimentos e promover mudanças.

Fundamentado nos estudos do filósofo da linguagem John Austin, autor de uma teoria sobre os atos de fala, este trabalho analisa o desfecho de um fato sócio-político a partir de um proferimento e sua repercussão na imprensa. A atenção está voltada principalmente para os chamados *performativos* implícitos, que dão conta das intenções que envolvem a enunciação e a maneira como elas são percebidas pelo interlocutor.

Fundamentação teórica

A linguagem é uma forma de ação. Estudos semânticos preocupados em proporcionar uma explicação abrangente do significado das palavras e sentenças, bem como da natureza das relações entre esses significados, não têm se limitado ao sentido da palavra ou da frase em si mesmo. Além de prever corretamente o acarretamento, a sinonímia, a contradição e a ambigüidade, têm chamado a atenção para fenômenos mais pragmáticos, como as condições e as implicações do ato de dizer.

Embora não raramente, em especial quando se trata de livros didáticos e textos genéricos sobre a comunicação, haja uma predisposição para conceituar a linguagem como simples instrumento de informação e interação entre os homens, ela não pode ser vista somente sob esta ótica. Não raras vezes o ato de dizer carrega com ele, seja implícita ou explicitamente, uma intenção. As palavras são usadas não só para atender ao simples fluxo comunicativo, mas também para manifestar idéias, defender posições e convencer o interlocutor a aceitar como verdade o que está sendo dito, provocando atitudes e mudanças a partir dos proferimentos.

A linguagem, então, é um poderoso instrumento de ação sobre o outro. Quando realizada, ela não se limita a constatar, descrever ou informar, mas interfere e cria novas situações.

Notadamente nas últimas décadas tem se intensificado os estudos que analisam as intenções do falante e as circunstâncias em que o ato de dizer se realiza. Mas

esta preocupação não é nova. Escritos como o do filósofo russo Mikhail Bakhtin, ainda do início do século, despertaram para reflexões importantes acerca das motivações que levam à realização da língua e dos componentes ideológicos que influenciam na escolha do léxico e na construção das sentenças visando a determinados objetivos. No que se refere a enunciados com intenções explícitas, talvez quem melhor tenha sistematizado a diferença entre expressões que exprimem ações e usos em que se fazem simples relatos, tenha sido o filósofo inglês John Austin, o primeiro a chamar a atenção, na década de 50, para verbos que denominou *performativos* e *constativos* (cf. Geraldi, 1987:72).

Com o performativo realiza-se uma ação. Por meio dele, não se descreve nem se afirma que se faz algo, faz-se algo ao dizê-lo. O constativo, ao contrário, faz uma afirmação, uma descrição de um estado de coisas.” (Guimarães, 1995:37).

Assim, para Austin, são *performativos explícitos* verbos como *prometer, aceitar, agradecer, desculpar, criticar, comunicar, nomear, acusar, aprovar, felicitar, advertir, condenar, anunciar*, ou seja, verbos que dão conta de atos que só podem ser realizados pela fala. Para perceber melhor a função desses verbos, é importante observar que, na primeira pessoa do indicativo presente, a ação retratada pelo falante é menos descrita pelo seu enunciado do que realizada por esse enunciado. Os exemplos a seguir são dados pelo próprio Austin:

- (a) “Aceito esta mulher como minha legítima esposa” – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento.
- (b) “Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth” – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.
- (c) “Lego a meu irmão este relógio” – tal como ocorre em um testamento.
- (d) “Aposto cem cruzados como vai chover amanhã.”

“Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo.” (Austin, 1990:24)

Nessas sentenças, o que importa são as ações que se faz, ou o compromisso que se assume, ao dizer. Por não se tratarem de meros relatos, não interessa se os proferimentos são verdadeiros ou falsos. A questão da verdade não está em julgamento. O simples proferimento ratifica uma vontade, uma decisão, um compromisso:

“Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., ‘Aceito’, não estou relatando um casamento, estou me casando.” (Austin, 1990:25)

Claro que os *performativos*, mesmo não estando sujeitos ao julgamento de verdade, devem ser avaliados quanto a sua realização, ou seja, se o fato realmente se concretizou ou se surtiu os efeitos desejados. Pois, todo proferimento está sujeito às condições em que ele se realiza. Assim:

“Suponhamos o caso em que se diz ‘declaro aberta a sessão’. Só se realiza o ato de abrir a sessão se a pessoa que diz a frase tem poderes para tanto e se a frase é dita em situação apropriada. Assim, faltando uma destas condições, o ato não se realiza. Dir-se-ia que houve uma ‘infelicidade’ no ato de dizer ‘declaro aberta a sessão’. (Guimarães, 1995:37)

Mesmo estando sujeitos às condições de uso, de felicidade ou infelicidade, não é difícil perceber nos *performativos* a sua característica de verbos que denotam ações, o que, de certa forma, deixa mais clara a intenção do falante, nesses casos, do que quando o que está em questão é um verbo *constativo*. Mas voltando à observação inicial de que freqüentemente o ato de dizer, seja implícita ou explicitamente, carrega com ele também uma intenção, faz-se necessária uma maior atenção às sentenças com verbos desta natureza. Os *constativos*, ao contrário do que aparentam, nem sempre carregam com eles a neutralidade e a função ingênua de simples verbos de relato que parecem ter. O próprio Austin (cf. Kempson, 1980:66) observou que “todos” os proferimentos eram ações, independente de o ato executado estar explicitado com um verbo *performativo* ou não, já que as sentenças podem ser usadas de várias maneiras.

“Por exemplo, a sentença ‘Há grandes touros naquele prado’ pode ser usada como uma advertência (a um caminhante que está na iminência de atravessar a cerca), um enunciado (a um novo empregado da fazenda), uma gabolice (a um outro fazendeiro), ou ameaça (a uma criança que se comporta mal), para mencionarmos apenas algumas das possíveis ações lingüísticas para as quais tal sentença poderia ser usada” (Kempson, 1980:66).

Como se vê, uma mesma sentença pode ser usada para diferentes fins. O contexto, as condições de uso é que clareiam a ambigüidade múltipla que de certa forma toda sentença contém, permitindo também a relevância do enunciado e evitando incompreensões (cf. Sperber & Wilson, 1986).

No exemplo de Kempson, fica claro que, ao expressar uma sentença como “*Há grandes touros naquele prado*”, o falante pode não estar simplesmente relatando algo, querendo passar uma simples informação. Mais que isso, por trás de suas palavras pode haver uma intenção, a manifestação de um pensamento que não tem nenhuma relação com o conteúdo lingüístico da sentença usada, e que visa provocar no ouvinte uma reação, uma mudança de idéia ou mesmo de atitude em relação a uma vontade que este mesmo ouvinte tenha ou não manifestado.

Parece não haver mais dúvida de que, mesmo ao fazer uma declaração, o falante pode estar realizando uma ação que visa a interferir sobre seu interlocutor. Assim, dependendo das circunstâncias, muitas sentenças em princípio *declarativas* ou *constativas* podem também ser interpretadas como *performativas*. O próprio Austin admitiu esta possibilidade e não raras vezes acabou por incluir verbos até então *constativos* em sua lista de *performativos*.

Essa dificuldade de classificação levou a um exame mais acurado das circunstâncias da produção da enunciação e a uma nova distinção dos proferimentos, que passariam a ser analisáveis em três atos: o *locutório*, o *ilocutório* e o *perlocutório*.

1 – O *locutório* se realiza pelo fato de dizermos algo, ou seja, o simples proferimento de determinada sentença com determinado sentido e referência se constitui na realização de um ato *locucionário*.

2 – Com o *ilocucionário* fazemos algo ao dizer, é o ato que se realiza quando dizemos algo, podendo este ato estar sendo manifestado por meio de um *performativo* explícito ou enquanto intenção que o locutor atribui ao proferimento, não havendo necessidade de relação direta entre as palavras proferidas e o ato pretendido.

3 – O *perlocucional* é consequência do *ilocucional*, é o efeito que alcançamos com a realização do *ilocucional*, e, é importante que se diga, o efeito que não seja o simples entendimento do enunciado, mas o efeito enquanto ação que o ato de dizer pretende e consegue desencadear.

Austin (1990) explica que, para entender o ato como *ilocucionário*, devemos primeiro determinar de que a maneira a locução está sendo usada: “para dar

alguma informação ou advertência; anunciar um veredicto ou intenção; pronunciar uma sentença” (p.88). O autor reforça a atenção para a ocasião do proferimento, o que, segundo ele, tem enorme importância. Para Austin, “as palavras utilizadas têm de, até certo ponto, ser ‘explicadas’ pelo ‘contexto’ em que devem estar ou em que foram realmente faladas” (p.89).

Kempson (1980) é taxativa ao dizer que “o ato *ilocutório* é o ato representado pela intenção que o locutor atribui ao seu proferimento” (p.66). E essa intenção, que nem sempre tem relação direta com as palavras proferidas, só pode ser entendida dentro do contexto e em conformidade com as circunstâncias em que ela se manifesta.

“Suponhamos que eu diga a sentença ‘José estará na festa hoje à noite. Se eu, o falante, sei que a ouvinte foi recentemente expulsada do apartamento de José, depois de ter vivido com ele durante cinco anos, então posso saber que meu proferimento dessa sentença será tomado como uma advertência. Em contraste com isso, se eu, o falante, sei que José é um autor famoso que a ouvinte tentou levar à sua festa e não conseguiu, saberei que meu proferimento dessa mesma sentença poderá ser tomado como uma jactância. Em ambos os casos, as suposições partilhadas pelos participantes do ato de fala determinaram se essa sentença devia ser tomada como uma advertência ou uma jactância. Não houve relação entre as condições que asseguraram sua variável força ilocutória e o significado da própria sentença. Não há, portanto, razão para esperar-se que explanando o significado de palavras ou sentenças em termos dos atos de fala que podemos realizar com o uso de nossas sentenças cheguemos a qualquer ‘insight’ do significado das palavras e sentenças da linguagem” (p.67)

O contexto, portanto, é peça fundamental para esclarecer a mensagem não dita mas sugerida. Sempre que participamos de um ato comunicativo, não nos limitamos ao objeto da comunicação propriamente dito, que aqui pode ser entendido como o texto, mas fazemos inferências baseadas no contexto em que o ato se manifesta. E por essa dependência recíproca que guardam texto e contexto, pelas pistas que as circunstâncias nos dão, é possível deduzir se os proferimentos fazem sentido, se são ou não relevantes para determinada situação, e se o que o falante quis dizer foi realmente “y” quando disse “x” mas implicou “y”.

Sobre a teoria das implicaturas e os princípios cooperativos que permitem o fluxo comunicativo diante de proferimentos aparentemente irrelevantes ou sem sentido, é importante observar o que diz Grice, para quem chegamos às implicaturas

através de um tipo de “cálculo” mental que se dá mais ou menos da seguinte forma:

O escritor disse/escreveu “p”; tudo indica que ele deve estar observando o Princípio da Cooperação; de fato, ele não poderia ter dito/escrito “p” a não ser que quisesse dizer “q”; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu tenho a capacidade de perceber a hipótese de que ele acha que “q” é necessário para que “p” seja coerente; ele não fez nada para evitar que eu pense que “q”; ele quer que eu pense, ou pelo menos quer me dar a possibilidade de pensar que “q”; e, portanto, o que ele quer dizer é “q” (Grice, in Meurer & Motta-Roth, 1997:77).

Assim, para nos comunicarmos, não apenas recorremos ao contexto ou ao conhecimento acumulado independente dele, mas somos orientados, sem consciência disso, por princípios e regras que nos levam a dialogar da forma mais cooperativa possível.

Voltando ao exemplo de Kempson para exemplificar a teoria de Austin, quando o falante diz ao ouvinte que “José estará na festa hoje à noite” não como uma informação apenas, mas como uma advertência, ele profere uma sentença de valor *ilocucional*, porque sua intenção não é informá-lo da presença de José, mas adverti-lo dessa presença; e se esta advertência é suficiente para que o ouvinte se sinta advertido e tome uma nova decisão a partir dela, então temos também um ato *perlocucional*, uma vez que se terá alcançado o efeito pretendido. “A *perlocução*, portanto, é um ato que, além de dizer alguma coisa, produz alguma coisa pelo fato de dizer” (Vogt, 1980: 101).

Para este estudo, particularmente, nos interessa reforçar as circunstâncias do proferimento, que inclui não só o momento e o lugar em que algo é dito e a intenção que se tem ao dizê-lo, mas também a posição ocupada pelos interlocutores envolvidos na conversação, o que, conforme observa Austin (1990), também interfere na interpretação do ato de fala: “Assim podemos dizer: vindo dele, interpretei aquilo como uma ordem e não um pedido” (p.72).

Entender a posição ou o papel social do falante, e também do ouvinte, é fundamental, portanto, para interpretar corretamente o que está sendo dito e inferir por que está sendo dito. Certamente, o que nos leva a atribuir um sentido A ou B ao que nos é dito por alguém deve-se também ao fato de, inconscientemente, durante o próprio ato da conversação, nos perguntarmos o seguinte: *quem é ele (ou que autoridade ele tem) para me dizer isso? Quem sou eu para que ele me diga isso?* Essas perguntas, associadas às circunstâncias do dizer, como *em que condições ele me diz*

isso?, com certeza clareiam a intenção e ajudam a interpretar mais eficazmente o proferimento.

Metodologia

Como objeto de análise, foram selecionados sete jornais de circulação nacional, do dia 5 de maio de 2000. Os periódicos escolhidos foram os seguintes: **Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Diário Catarinense, A Notícia (SC), Gazeta do Povo (PR), Correio do Povo (RS) e Diário de Pernambuco**. Todos eles destacam, em manchete ou matéria de capa, a reação do governo à ocupação de prédios públicos por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O trabalho enfoca o tratamento dado pela imprensa à declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso condenando a invasão. O conteúdo publicado é analisado sob a perspectiva dos *Atos de Fala* de John Austin. Partindo-se do entendimento do filósofo inglês de que “dizer é fazer”, procura-se constatar até que ponto a declaração do presidente e sua repercussão na imprensa se constituiu num mecanismo de ação, interferindo para uma mudança de atitude e a construção de uma nova realidade.

Análise de caso

Contexto

No dia 5 de maio de 2000, a maioria dos grandes jornais do país trouxe como matéria principal a reação do governo à ocupação de prédios de órgãos públicos por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 12 cidades brasileiras. As ocupações, que já duravam uma semana, haviam sido promovidas, segundo o MST, como forma de pressão para agilizar medidas em favor da reforma agrária. Em reunião ministerial no dia anterior, o presidente Fernando Henrique Cardoso condenou a atitude, classificando-a como “ações antidemocráticas” e “atos de baderna”, e discutiu formas de desocupação legal dos prédios. Na ocasião, foi cogitada também, com o comandante do Exército, Gleuber Vieira, a possível participação do Exército na desocupação. Esta hipótese foi a tônica das manchetes trazidas pelos jornais.

Manchetes dos periódicos analisados

Folha de São Paulo

Manchete: Governo faz ameaça e MST recua

Linha de apoio: *Movimento decide desocupar prédios públicos após FHC cogitar o uso do Exército para retirar os militantes*

O Estado de São Paulo

Manchete: FHC ameaça chamar o exército e MST recua

Linha de apoio: *Movimento anuncia desocupações para hoje, mas ontem 2 mil sem-terra tomaram o Incra de Porto Velho*

Diário Catarinense

Manchete: Governo reage às invasões do MST

Linha de apoio: *Terras invadidas não serão vistoriadas por dois anos e estados poderão executar reforma agrária*

A Notícia

Título de capa: FHC admite recorrer ao Exército

Gazeta do Povo

Manchete: Fernando Henrique ameaça MST com Exército

Linha de apoio: *Líderes do movimento prometem desocupar os prédios públicos hoje cedo*

Correio do Povo

Manchete: Governo federal dá ultimato ao MST

Linha de apoio: *Exército será acionado, se necessário, para desalojar invasores de prédios públicos, e a reforma agrária tem novas medidas*

Diário de Pernambuco

Manchete: FHC ameaça usar até Exército para manter a ordem

Linha de apoio: *Presidente cobrou “respeito” depois de se reunir com ministros para definir combate à ação do MST*

O proferimento: ação e reação

Antes de partir para a análise que nos interessa, faz-se importante observar que, embora se tenha apenas cogitado o uso do Exército, entre outras possibilidades, para a evacuação dos prédios públicos, esta hipótese foi o ponto central das manchetes apresentadas pelos jornais (exceção: Diário Catarinense). Os próprios periódicos, nas matérias publicadas, esclarecem que o Exército, segundo o presidente, só seria utilizado em último caso, depois de esgotadas todas as possibilidades a que o governo pode recorrer; senão, vejamos:

- **Folha de São Paulo:** “...*Fernando Henrique Cardoso, que ameaçou usar o Exército, se necessário, para retirar invasores*”
- **Estado de São Paulo:** “*A Polícia Federal, apoiada pelas tropas do Exército, desocuparia os prédios invadidos pelos sem-terra, onde os governadores não o fizessem por meio da Polícia Militar*”
- **A Notícia:** “*O presidente fez questão de destacar que era preciso esgotar todos os meios jurídicos e policiais antes de empregar as Forças Armadas*”
- **Gazeta do Povo:** “*A instrução é de que os governadores devem usar a primeira instância da Segurança Pública – polícias militares – para desocupar os edifícios*”
- **Correio do Povo:** “*Inicialmente, a estratégia é de concentração na ação da Polícia Federal*”
- **Diário de Pernambuco:** “*O presidente fez questão de destacar que era preciso esgotar todos os meios jurídicos e policiais antes de empregar as Forças Armadas*”

Diante desta constatação, a ênfase dada pelas manchetes ao possível uso do Exército, frente a outras ações tidas como certas, poderia soar estranha. Por isso, a opção dos jornais requer, no mínimo, algumas interpretações:

- a) A associação da instituição Exército com atitudes repressivas a movimentos sociais está ainda muito presente na memória nacional. Até pouco tempo, durante o regime militar, este era um recurso corriqueiro aos governos da época, que não raro agiam com truculência para reprimir as manifestações populares. No entanto, a proposta soa inusitada partindo de um governo democrático. E a notícia prima pelo inusitado, pelo novo, pelo que causa surpresa.

- b) As Forças Armadas são, geralmente, o último recurso a ser utilizado pelos governos democráticos na manutenção da lei e da ordem. Por este motivo, supõe-se que a ação repressiva a ser empregada seja mais intensa;
- c) O Exército conta com um contingente muito expressivo de homens prontos a entrar em ação a qualquer momento, além de um significativo poder bélico (armamentos leves e pesados de todo tipo), o que, no caso de um confronto, poderia resultar num desfecho trágico.

Tomando por base estas interpretações, é compreensível a opção da imprensa. Ainda mais quando se leva em consideração que há uma preferência clara dos leitores por fatos negativos, e uma possível ação do Exército na desocupação dos prédios públicos é imediatamente associada a conflito, ferimentos, mortes, ou seja, a fatos negativos. Como fato negativo vende mais, os jornais não hesitariam em destacá-lo, já que partem do princípio de que a notícia funciona como “um bem de mercado que deve promover-se e vender-se” (cf. Van Dijk, 1990:24).

O uso do Exército é implicado pela imprensa como uma ameaça, uma forma de intimidação do presidente aos militantes do MST. Tanto é que, dos sete jornais analisados, quatro (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta do Povo e Diário de Pernambuco) recorrem exatamente ao verbo *ameaçar* para se referir à possível ação do governo. Sobre o uso deste verbo pelos jornais, vale ressaltar o que diz Van Dijk (1990), quando trata a eleição do léxico no texto não como algo acidental, mas como uma atitude que tem “implicações ou associações semânticas específicas”:

“A eleição do verbo ‘ameaçar’ possui implicações negativas. Seu uso implica pragmaticamente que, se não se cumprem as demandas incluídas em uma ameaça, isso originará atos negativos contra a pessoa que foi ameaçada” (p.105-106).

Conforme observa Van Dijk, em notícias assim, outros verbos podem ser utilizados, mas daí sem a mesma associação ou força negativa de ameaçar. É o caso, por exemplo, de *admitir* (A Notícia) e *reagir* (Diário Catarinense), que, de certa forma, credencia a atitude do governo (se alguém reage é porque foi atacado primeiro). Já, *dar ultimato* (Correio do Povo) tem uma carga negativa semelhante à de *ameaçar*.

Pelo modo como interpretam as palavras do presidente, os jornais não deixam dúvida de que Fernando Henrique Cardoso utilizou-se de um ato de fala. Ao se pronunciar, ele realizou verbalmente uma determinada ação. O que FHC faz não é descrever nem afirmar, mas *condenar* a “invasão” levada a efeito pelos líderes do MST. Ao tachar o movimento como uma “ação antidemocrática”, “incitação à baderna” e “atentado à liberdade”, o presidente condena a ocupação dos prédios públicos e justifica a ameaça verbal que faz aos responsáveis por ela quando enfatiza que usará “todos os poderes constitucionais de que dispõe” (entre eles, o Exército) para promover a desocupação.

A imprensa sabe captar a intenção do presidente e interpretá-la como uma ação intimidatória, embora o pronunciamento não faça uso de *performativos* explícitos. Em nenhum momento, o presidente diz “*eu condeno*”, “*eu determino*”, “*eu ameaço*” os invasores dos prédios. Mas, nas circunstâncias em que são ditas, suas palavras ganham este sentido. Se assim são interpretadas, é porque o contexto é favorável, são satisfeitas as condições para isso, conforme podemos verificar:

- a) Houve a ocupação dos prédios onde funcionam os órgãos públicos. Devido a ela, os funcionários do governo foram impedidos de trabalhar;
- b) A ocupação foi promovida por uma entidade antigovernista e, no entendimento do governo, com caráter político e provocativo;
- c) A Constituição prevê a liberdade de ir e vir a todo cidadão, e o impedimento de acesso dos funcionários públicos aos seus locais de trabalho, bem como a invasão de propriedade, são caracterizados como crimes, portanto, passíveis de punição;
- d) O presidente tem poderes para fazer cumprir a Constituição;
- e) Tanto a imprensa como os líderes do MST sabem que o presidente tem poderes para fazer cumprir a Constituição e mobilizar o Exército para promover a desocupação dos prédios.

Portanto, contempladas as condições para a realização do proferimento com sentido de ameaça, as palavras do presidente são interpretadas da mesma forma pelos “invasores”, que sabem que, se não deixarem os prédios, poderão ter que enfrentar a ação do Exército. Logo, é natural que essa interpretação desencadeie algum tipo de reação, registrada pelos jornais em suas edições do mesmo dia, conforme atestam as próprias manchetes:

Folha de São Paulo: *Governo faz ameaça e MST recua*

O Estado de São Paulo: *FHC ameaça chamar o exército e MST recua*

Gazeta do Povo: *Líderes do movimento prometem desocupar os prédios públicos hoje cedo*

A interpretação do proferimento como uma “ameaça” e a reação que ele desencadeia é a prova de que a fala, por si só, é um instrumento, um mecanismo de ação sobre o outro, mesmo quando não faz uso de *performativos* explícitos. Não só eles expressam ações. A intenção do locutor, dependendo da forma como o proferimento se dá e das circunstâncias que o envolvem, pode ser facilmente interpretada pelo interlocutor, mesmo que não haja uma relação direta com as palavras proferidas. Na classificação de Austin, a fala de FHC se constituiu em um ato *ilocucional*, porque, ao dizer alguma coisa, o presidente fez alguma coisa, ou seja, ameaçou e, de certa forma, coagiu os manifestantes a deixarem os prédios ocupados. As palavras de FHC tiveram o significado de uma ameaça e, ao mesmo tempo, de uma ordem e, se assim foram interpretadas, é porque outro ato descrito por Austin se realizou, o *perlocucional*, que é a consequência, o efeito buscado pelo *ilocucional*. E, se “os efeitos são determinantes, num discurso, para a seleção e organização dos atos *ilocutórios* que nele se praticam” (Geraldi, 1991:34), pode-se dizer que o ato de fala praticado pelo presidente, mesmo não estando sujeito às condições de verdade, que não dizem respeito aos atos que não se constituem em simples afirmações ou relatos, foi “feliz”, na medida em que condissu com as condições de uso e atingiu os resultados esperados. Ora, FHC, quando disse o que disse, não o disse por acaso e sem uma intenção, pois

“Quando manifestamos algo, evidente que temos, na maioria dos casos, a intenção de que os que nos ouvem ou lêem, interpretem este ‘fazer’ como um ato de fala segundo as mesmas regras convencionais. Queremos que o ouvinte perceba aquilo que quisemos dizer com o que dissemos, e o que intentamos com aquilo, nossos propósitos” (Van Dijk, 1989:91).

Logo, se “ameaçou” o MST com o Exército, é porque FHC sabe o que isso significa e a reação que seu ato de fala poderia desencadear, já que “o sentido de um enunciado, efetivamente produzido por um falante, numa determinada situação, é determinado por suas intenções de significação relativamente ao ouvinte deste enunciado” (Vogt, 1980:96).

Conclusão

O fato analisado por este estudo não deixa dúvidas. A fala é um mecanismo de ação sobre o outro. O simples ato de dizer alguma coisa pode criar uma nova situação e provocar reações e mudanças, mesmo quando a mensagem transmitida não manifeste explicitamente este propósito.

Implicações de toda sorte são comuns a qualquer ato conversacional, e os interlocutores, mesmo que de forma inconsciente, estão preparados para fazerem as aferições necessárias, para que a mensagem seja entendida o mais amplamente possível. O proferimento do presidente Fernando Henrique Cardoso, aqui analisado, embora não tenha feito uso exatamente de *performativos* explícitos, foi interpretado pelos jornais, e pelos próprios militantes do MST que ocupavam os prédios públicos, como uma ameaça. Tanto é que, devido à declaração de FHC, as desocupações não demoraram a acontecer, sendo registradas pelos mesmos jornais. A fala e as circunstâncias que a envolvem, portanto, fizeram com que se alcançassem os efeitos pretendidos pelo autor do proferimento, dispensando o emprego de ações mais traumáticas para que as desocupações ocorressem.

Logo, como se pôde verificar neste caso, o proferimento atendeu aos três atos descritos por Austin: foi um ato *locucional* enquanto permitiu a construção de sentenças com sentido e referência; *ilocucional*, enquanto teve uma intenção e se constituiu numa ação ao dizer, e *perlocucional*, pelo efeito pretendido e alcançado. Tratou-se, portanto, de um proferimento *performativo* claro, ainda que as palavras proferidas não tenham coincidido exatamente com a significação própria do enunciado, sinal de que a linguagem é algo complexo e qualquer interpretação pragmática demanda uma análise que extrapola o significado primeiro das palavras e sentenças. E, para essa análise, uma teoria dos atos de fala pode muito contribuir.

Referências bibliográficas

- AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo, Pontes, 1987.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- GRICE, H.P. (1967). *Logic and conversation*. In Cole. P. e J. Morgan, *Syntax and Semantics*, v.3, New York, Academic Press, 1975.

- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. São Paulo, Pontes, 1995.
- ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo, Ática, 1987.
- KEMPSON, Ruth M. *Teoria semântica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- MEURER, J. & MOTTA-ROTH, D. *Parâmetros de textualização*. Santa Maria, UFSM, 1997.
- SARTORI, Roberta. *A relevância da inferência relevante*. Porto Alegre, PUCRS, 1999.
- SPERBER, Deirdre, WILSON, Dan. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge, Harvard University, 1982.
- VAN DIJK, Teun. *La ciencia del texto*. Barcelona, Paidós, 1989.
- _____, *La noticia como discurso*. Barcelona, Paidós, 1990.
- VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas, Hucitec, 1980.

